

**Vale Manganês S.A.**

Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
Vale Manganês S.A.  
Simões Filho - BA

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Vale Manganês S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Manganês S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstração do valor adicionado***


8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de junho de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC-SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

# Vale Manganês S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	142.412	114.248	Fornecedores e empreiteiros			
Contas a receber de clientes	7	120.470	75.221	Partes relacionadas	11	24.541	54.653
Estoques	8	158.948	136.108	Terceiros	12	38.718	33.733
Tributos a recuperar	9	68.776	37.990	Dividendos a pagar	11	27.233	-
Adiantamentos a fornecedores		944	926	Salários e encargos a pagar	13	14.859	19.600
Outros ativos		5.686	3.929	Tributos a pagar	18	8.286	1.542
				Provisão para passivos ambientais	20	15.681	17.834
				Outros passivos		1.398	4.249
		<u>497.236</u>	<u>368.422</u>			<u>130.716</u>	<u>131.611</u>
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	9	1.390	1.545	Provisão para contingências	15	64.398	48.197
Depósitos em garantia	10	10.644	7.268	Provisão para fechamento de minas	19	43.734	18.103
Tributos diferidos	17	76.661	93.957	Provisão para passivos ambientais	20	53.079	53.548
Depósitos judiciais	15	49.142	43.968			161.211	119.848
Títulos e valores para fins especiais	14	5.195	12.427				
Outros ativos		-	340				
		<u>143.032</u>	<u>159.505</u>	Patrimônio líquido	21		
Imobilizado	16	294.170	278.613	Capital social		546.385	546.385
		<u>437.202</u>	<u>438.118</u>	Reservas de capital		6.274	6.274
				Reservas de lucros		89.852	2.422
						<u>642.511</u>	<u>555.081</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>934.438</u></u>	<u><u>806.540</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>934.438</u></u>	<u><u>806.540</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Vale Manganês S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

*(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações do capital social)*

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receita líquida de venda de produtos</b>	22	414.508	443.505
Custos de produtos vendidos	23	<u>(381.858)</u>	<u>(444.281)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<u>32.650</u>	<u>(776)</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	24		
Despesas comerciais		(25.912)	(31.243)
Despesas gerais e administrativas		(16.487)	(32.879)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>169.477</u>	<u>(56.744)</u>
		<u>127.078</u>	<u>(120.866)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>159.728</u>	<u>(121.642)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	25		
Receita financeira		22.722	19.460
Despesa financeira		<u>(18.403)</u>	<u>(6.506)</u>
<b>Resultado financeiro, líquida</b>		<u>4.319</u>	<u>12.954</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>164.047</u>	<u>(108.688)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(49.384)</u>	<u>18.713</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<u>114.663</u>	<u>(89.975)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social - Básico e diluído - Em Reais		<u>2,44</u>	<u>(1,91)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Vale Manganês S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

*(Em milhares de reais )*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	114.663	(89.975)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>114.663</u></u>	<u><u>(89.975)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Vale Manganês S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º janeiro de 2013</b>	546.385	6.274	52.524	25.005	14.868		645.056
Transferência da reserva de dividendos para lucros acumulados	-	-	-	-	(14.868)	14.868	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(89.975)	(89.975)
Reserva legal	-	-	(50.102)	-	-	50.102	-
Incentivos fiscais	-	-	-	(25.005)	-	25.005	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	546.385	6.274	2.422	-	-	-	555.081
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	114.663	114.663
Destinações do lucro líquido							
Reserva legal	-	-	5.733	-	-	(5.733)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(27.233)	(27.233)
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	81.697	-	(81.697)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	546.385	6.274	8.155	81.697	-	-	642.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Vale Manganês S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	164.047	(108.688)
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação, exaustão e amortização	37.695	35.252
Prejuízo (ganho) na alienação de ativo imobilizado	2.151	2.468
Provisão para fechamento de mina	-	68
Provisão (reversão) para perda do estoque	6.987	(4.785)
Provisão para perda com impostos	-	7.026
Provisão (reversão) para perda de passivos ambientais	13.832	9.919
Provisão (reversão) para contingências	6.858	7.684
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	6.344	(13.392)
	<u>237.914</u>	<u>(64.448)</u>
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber - terceiros	(40.110)	(1.728)
Contas a receber - partes relacionadas	-	15.878
Estoques	(29.751)	58.011
Tributos a recuperar	(30.500)	122.085
Depósitos judiciais	(3.422)	(4.561)
Outros ativos	4.566	(6.147)
Fornecedores e empreiteiros - terceiros	2.788	(21.717)
Fornecedores e empreiteiros - partes relacionadas	(30.112)	25.178
Salários e encargos sociais	(4.741)	8.234
Tributos a pagar	(25.346)	(2.526)
Baixa de provisão para contingências	(890)	(4.000)
Provisão passivos ambientais	(16.454)	-
Outros passivos	(4.141)	221
	<u>59.801</u>	<u>124.480</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(31.637)	(33.635)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	-	3.195
	<u>(31.637)</u>	<u>(30.440)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimo recebido da controladora Vale S.A.	-	4.398
	<u>-</u>	<u>4.398</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		
<b>Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa</b>	28.164	98.438
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>114.248</u>	<u>15.810</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u><u>142.412</u></u>	<u><u>114.248</u></u>
<b>Transações que não afetaram caixa</b>		
Provisão para Obrigação para fechamento de mina	(23.766)	(17.236)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Vale Manganês S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas</b>		
Receita bruta	526.059	537.398
Receita da alienação de ativo imobilizado	729	31.410
Outras receitas	<u>277.862</u>	<u>2.924</u>
	804.650	571.732
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Óleo combustível e gases	(6.687)	(2.367)
Serviços contratados	(116.210)	(74.421)
Energia elétrica	(59.538)	(33.839)
Aquisição de produtos e materiais	(147.833)	(198.080)
Outros custos	(10.374)	(5.852)
Despesas comerciais, gerais, administrativas e outras despesas	<u>(52.317)</u>	<u>(153.944)</u>
	(392.959)	(468.503)
<b>Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade</b>	<u>411.691</u>	<u>103.229</u>
Depreciação, exaustão e amortização	<u>(37.695)</u>	<u>(35.252)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>	<u>373.996</u>	<u>67.977</u>
<b>Valor recebido em transferência</b>		
Receita financeira	13.480	5.187
Variações cambiais e monetárias de ativos	<u>9.242</u>	<u>14.273</u>
	22.722	19.460
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>396.718</u>	<u>87.437</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	<u>73.579</u>	<u>80.493</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>190.073</u>	<u>90.413</u>
Remuneração de capital de terceiros	<u>18.403</u>	<u>6.506</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	27.233	-
Lucros (prejuízos) retidos	<u>87.430</u>	<u>(89.975)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>396.718</u>	<u>87.437</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

### 1 Contexto operacional

A Vale Manganês S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima, por ações, de capital fechado, com sede em Simões Filho, Bahia, Brasil. Foi constituída em 1963 pela Vale S.A. ("Vale"), sua controladora, tendo por objetivo social a siderurgia e a metalurgia, a indústria e o comércio de ferro ligas, a exploração, por conta própria ou regime de associação com outras empresas, de jazidas minerais, incluindo pesquisas, lavra, beneficiamento e transporte, o comércio, a importação e exportação de substâncias minerais, o reflorestamento e atividades correlatas, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou quotista.

Em 30 de setembro de 2009, a planta I, localizada no município de Simões Filho, no estado da Bahia, foi totalmente paralisada por segurança em função da sua estrutura está comprometida pela ação do tempo. Em função desta paralisação, a Sociedade registrou, naquela data, uma provisão para perda de R\$ 5.711. Em 2014, a administração da Sociedade decidiu desmontar a planta e vender como sucata durante o ano de 2015. Não houve impactos no resultado de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador.

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 9 de setembro de 2015.

#### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### **2.3 Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

### **2.4 Ativos financeiros**

#### **2.4.1 Classificação**

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos no recebimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem “Contas a receber”, “Depósitos judiciais” e “caixa e equivalente de caixa”.

#### **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenha vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

#### **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.4 *Impairment de ativos financeiros*

##### *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo de carteira
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira

A sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

- O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizado um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda do *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo valor da contra prestação da venda de produtos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 2.6 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o valor de realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perda de estoques obsoletos, de baixa movimentação ou com valor de cotação de mercado inferior a posição do custo de aquisição ou produção.

A alocação dos custos incorridos de produção é feita considerando o nível normal médio de produção da Sociedade. A alocação dos custos fixos de produção não é aumentada quando a produção é baixa ou mesmo ociosa, sendo os custos de ociosidade diretamente registrados no resultado do exercício sob a rubrica “outras despesas operacionais”.

## 2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações e sistemas operacionais	10
Imóveis	25 a 30
Equipamentos	5 a 10
Minas e jazidas	(*)
Outros	3 a 5

(\*) A exaustão das minas e jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

## **2.8 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2014 e 2013, a administração não identificou evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

## **2.9 Contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **2.10 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos, corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos as autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são o integralmente reconhecidos.

Os imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os imposto de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## **2.12 Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.13 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no montante em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto.

## **2.14 Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontando à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.



## 2.15 Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios, tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Sociedade adota a política de participação no resultado tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual, da área de atuação e da Sociedade. A Sociedade reconhece a obrigação baseada na medição periódica do cumprimento das metas, respeitando o regime de competência. A contrapartida da provisão é registrada como custo de produtos vendidos ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

A Sociedade mantém um benefício de aposentadoria para seus funcionários, no qual a obrigação da Sociedade se restringe à contribuição mensal definida vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários.

A Sociedade não possui outros benefícios a empregados de longo prazo.

## 2.16 Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício com base no estatuto social da empresa que prevê o dividendo mínimo de 25%.

## 2.17 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementada no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 - Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contrato de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1 de janeiro de 2018 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- **Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization** - Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 - Property, Plant and Equipment e IAS 18 - Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1 de janeiro de 2016 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substituiu os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento da receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito de troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1 de janeiro de 2017 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

#### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado..

#### ***Vida útil dos ativos***

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

#### ***Provisões para contingências***

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição da provisão para contingência é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

#### i. *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha e contas a receber em aberto. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

#### ii. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade operacional da Sociedade e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

Desta forma, a mitigação de risco operacional é feita através da criação de novos controles e da melhoria dos controles existentes, constituição de provisões financeiras, além da transferência de risco através de seguro. Assim, a empresa procura ter uma visão clara de seus principais riscos, dos planos de mitigação com melhor custo - benefício e dos controles aplicados, monitorando potenciais impactos de riscos operacionais e alocando capital de forma mais eficiente.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	142.412	114.248
Contas a receber de clientes	120.470	75.221
Depósitos em garantia	10.644	7.268
Depósitos judiciais	49.142	43.968
Outros	<u>10.881</u>	<u>16.696</u>
	333.549	257.401
<b>Outros passivos</b>		
Fornecedores e empreiteiros		
Terceiros	(38.718)	(33.733)
Partes relacionadas	(24.541)	(54.653)
Dividendos a pagar	(27.233)	-
Outros	<u>(1.398)</u>	<u>(4.249)</u>
	(91.890)	(92.635)
<b>Líquido</b>	<u><u>241.659</u></u>	<u><u>164.766</u></u>

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos de caixa, bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento, como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	626	2.664
Aplicações financeiras	<u>141.786</u>	<u>111.584</u>
	<u><u>142.412</u></u>	<u><u>114.248</u></u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2014 de 99,86% (99,08% em 2013). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 7 Contas a receber de clientes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Denominados em reais	108.890	53.503
Denominados em outras moedas	<u>11.580</u>	<u>21.718</u>
	<u><u>120.470</u></u>	<u><u>75.221</u></u>

Os valores a receber de clientes vencidos e a vencer estão demonstrados a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
A vencer em até 30 dias	45.215	46.501
A vencer entre 31 e 60 dias	69.949	18.947
A vencer entre 61 e 90 dias	58	1.198
	115.222	66.646
Vencidos até 30 dias	5.248	8.575
	120.470	75.221

## 8 Estoques

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados – ferro ligas e minério de ferro	100.105	80.258
Produtos em elaboração	18.267	23.271
Matérias-primas	29.057	23.745
Outros	14.224	14.773
Perdas estimadas de realização	(2.705)	(5.939)
	158.948	136.108

## 9 Tributos a recuperar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	64.163	65.647
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.641	5.575
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	4.864
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	30.925	629
Programa de Integração Social - PIS	6.728	150
Outros	328	288
Provisão para perda de créditos de ICMS	(37.619)	(37.619)
	70.166	39.534
Circulante	68.776	37.990
Não circulante	1.390	1.545
	70.166	39.535

No que se refere aos créditos de ICMS a recuperar, considerando as incertezas de sua realização, à médio prazo, a Administração da Sociedade optou, por manter provisão para perdas no montante de R\$ 37.619 em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

## 10 Depósitos em garantias

Refere-se ao depósito em garantia no montante de R\$ 10.644 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 7.268 em 2013) efetuado junto ao banco HSBC em 20 de maio de 2008, relativo a 15% do valor total da venda de imóveis e ativos florestais para a Florestal Araguari Reflorestamento Ltda. Foi acordado que esse depósito será liberado 10 dias após o cumprimento das condições suspensivas, estabelecidas no acordo celebrado pela vendedora Vale Manganeis S.A. e a compradora Florestal Araguari Reflorestamento Ltda..

## 11 Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Passivo</b>		
Contas a pagar de partes relacionadas:		
Vale S.A.	16.778	16.332
Vale Mina do Azul S.A.	-	32.404
Vale Energia	7.154	-
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	218	5.429
Dividendos a pagar – Vale S.A.	27.233	-
Outros	<u>391</u>	<u>488</u>
	<u>51.774</u>	<u>54.653</u>

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Sociedade.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores são empregados da Vale S.A., sendo assim, não há despesas com honorários ao pessoal-chave da Administração.

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Custo de produtos vendidos</b>		
Vale S.A.	32.143	-
Vale Mina do Azul S.A.	-	39.678
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	5.401	13.083
Vale Energia S.A.	<u>21.329</u>	<u>7.353</u>
	<u>58.873</u>	<u>60.114</u>

## 12 Fornecedores - terceiros

O saldo de fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 38.718 (R\$ 33.733 em 2013), são relativos principalmente a fornecimentos de matéria prima, materiais de manutenção, materiais de uso e consumo e serviços de transportes.

### 13 Salários e encargos sociais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários	1.209	1.614
Participação no resultado	9.884	11.760
Encargos	2.806	4.366
Benefícios	<u>960</u>	<u>1.860</u>
	<u>14.859</u>	<u>19.600</u>

### 14 Títulos e valores para fins especiais

As atividades da Sociedade estão classificadas dentro do setor da economia considerado prioritário para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Com o intuito de obter aprovação para a fruição de benefício fiscal definido pela legislação atual, a Sociedade elaborou e instruiu pedido de reinvestimento de imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, referente ao ano-calendário de 2004, junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No exercício de 2005 foram efetuados depósitos no valor de R\$ 6.843, sendo R\$ 4.322 de recursos incentivados e R\$ 2.161 de recursos próprios. O projeto junto a SUDENE foi aprovado e os recursos liberados em 25 de janeiro de 2006 foram capitalizados em 25 de abril de 2006 na Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento do capital social em R\$ 5.089. A aprovação do projeto junto à SUDAM estava prevista para o 1º trimestre de 2009, entretanto, até a data da elaboração destas demonstrações contábeis, a SUDAM ainda não havia aprovado o projeto.

Devido a imprevisibilidade da aprovação do projeto por parte da SUDAM/SUDENE, em 2009, reclassificamos os saldos registrados na rubrica outras contas a receber - ativo circulante, para outros títulos a receber - ativo não circulante. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.195 (R\$ 12.427 em 31 de dezembro de 2013).

Foi aprovado pela SUDENE, através da portaria DFIN nº 0107/2013, referente ao direito do benefício fiscal da “redução por investimento” de 30% do IRPJ, devido para o projeto de complementação de equipamento. A liberação foi efetuada em 20 de março de 2014, no montante de R\$ 8.017.

### 15 Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Sociedade é parte envolvida em processos de natureza cíveis, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para processos judiciais são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus consultores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa. Os administradores entendem que os valores provisionados como provisão para processos judiciais são suficientes para cobrir perdas prováveis nesses processos.

Correlacionado aos processos judiciais, existem depósitos judiciais que são garantias, exigidas judicialmente. Esses depósitos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Sociedade. Os depósitos judiciais estão relacionados, principalmente, com processos de natureza tributária e trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para processos judiciais e depósitos judiciais estão assim apresentadas:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para processos judiciais</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão para processos judiciais</u>
Tributárias	14.556	16.543	23.540	16.682
Trabalhistas e outros	26.242	31.900	19.340	30.908
Cíveis	8.344	15.955	1.088	607
	<u>49.142</u>	<u>64.398</u>	<u>43.968</u>	<u>48.197</u>

### **Depósitos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os depósitos judiciais foram movimentados da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>Atualização e juros</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>2013</u>
Tributárias	14.556	(481)	(8.503)	23.540
Trabalhistas e outros	26.242	13.171	(6.269)	19.340
Cíveis	8.344	(10.938)	18.194	1.088
	<u>49.142</u>	<u>1.752</u>	<u>3.422</u>	<u>43.968</u>

### **Contingências prováveis**

	<u>2014</u>	<u>Atualização e juros</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>2013</u>
Tributárias	16.543	6.111	(6.250)	16.682
Trabalhistas	31.900	1.685	(693)	30.908
Cíveis	15.955	2.437	12.911	607
	<u>64.398</u>	<u>10.233</u>	<u>5.968</u>	<u>48.197</u>



A Sociedade também é ré em processos cuja expectativa da Administração, com o suporte técnico dos consultores jurídicos, é de perda possível, não provisionado face à incerteza da realização de tal perda. Estes passivos contingentes estão distribuídos entre processos tributários, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciários, e estão assim representados:

<b>Contingências possíveis</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Tributárias - (a)	159.306	264.209
Cíveis	69.534	69.709
Trabalhistas e previdenciários	33.512	28.773
Ambientais	841	738
	<u>263.193</u>	<u>363.429</u>

As principais contingências possíveis oriundas de processos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontram-se descritas abaixo:

**a. Tributárias**

As principais causas tributárias com perda possível estão descritas a seguir:

- Auto de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS lavrado em desfavor da Vale Manganês no valor histórico de R\$ 39.685, por ter a empresa disponibilizado parcialmente as informações do SPED contábil do ano de 2009.
- No caso em questão, durante a fiscalização, foi solicitada a entrega do SPED. A empresa entregou entre os meses de outubro a dezembro, porém pediu dilação para entregar o referente aos meses de janeiro à setembro. A receita não se manifestou sobre a dilação, porém antes de o prazo dilatório finalizar, lavrou o auto de infração por arbitramento (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) sob a suposta ausência de escrituração fiscal regular. A empresa entregou o SPED no prazo da dilação. Pasta 77066.
- Auto de infração de COFINS de 1999 a 2000, lavrado em desfavor da Vale Manganês no valor histórico de R\$ 16.037, decorrente de compensações com IPI e diferenças apuradas em face da aplicação da Lei 9.718/98.
- Na defesa a empresa alegou (i) a impossibilidade da tributação da COFINS sobre receitas financeiras nos moldes da Lei 9.718/98 e (ii) a extinção dos débitos de COFINS por compensação. A parte referente à COFINS sobre receitas financeiras está relacionada ao MS 199933000159850.
- O prognóstico é de perda possível considerando que a principal discussão do processo consiste na validação das compensações realizadas com crédito presumido de IPI referente à aquisição de energia elétrica utilizada no processo produtivo. Pasta. 10965.
- Auto de Infração de ICMS lavrado em desfavor da Vale Manganês no valor histórico de R\$ 10.353, por ter supostamente: i) praticado operações tributáveis como não tributáveis (remessa para conserto sem retorno) ii) omissões de entradas/saídas nos anos de 2009 e 2010 referentes aos produtos ferro manganês alto carbono, ferro manganês médio carbono, coque metalúrgico e minério sul-africano.

- O valor da perda possível se refere à acusação de omissão de entradas/saídas, pois a possibilidade de êxito está condicionada à comprovação da ausência de omissão de receitas, demonstrando que a Sociedade escriturou corretamente todas as operações; que os lançamentos refletem a realidade das movimentações dos produtos dentro da fábrica; que a fiscalização não poderia desconsiderar parcialmente a escrituração mantida pela Sociedade.
- O valor em perda possível se refere às remessas para conserto sem comprovação de devolução e já foi paga com benefício da anistia instituída pela Lei Estadual 12.903/2013. Pasta 74143.

#### **Declarações acessórias**

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação final desses impostos e contribuições pelas autoridades legais e fiscais competentes.

## **16 Imobilizado**

As imobilizações em construção em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão relacionadas com a modernização de equipamentos de mineração e das instalações de tratamento de minério e melhorias no transporte e na estocagem de minério.

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está sumarizada da seguinte forma:

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações e sistemas operacionais</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Minas e jazidas</u>	<u>Outros</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em curso</u>	<u>Imobilizado total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>									
Saldo inicial	4.221	46.795	36.616	67.490	3.032	5.936	164.090	104.567	268.657
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	33.635	33.635
Baixa	(75)	(74)	-	(2)	(263)	(1.126)	(1.540)	(4.123)	(5.663)
Transferência	385	51.065	15.385	7.451	-	5.266	79.552	(79.552)	-
Obrigação para retiradas de ativos - ARO	-	-	-	-	17.236	-	17.236	-	17.236
Depreciação	-	(4.420)	(1.804)	(28.144)	(41)	(843)	(35.252)	-	(35.252)
Saldo final	<u>4.531</u>	<u>93.366</u>	<u>50.197</u>	<u>46.795</u>	<u>19.964</u>	<u>9.233</u>	<u>224.086</u>	<u>54.527</u>	<u>278.613</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>									
Custo total	4.531	187.010	120.360	333.591	42.908	50.640	739.040	54.527	793.567
Depreciação acumulada	-	(93.644)	(70.163)	(181.876)	(11.333)	(41.294)	(398.354)	-	(398.354)
Impairment	-	-	-	(104.876)	(11.611)	(113)	(116.600)	-	(116.600)
Saldo contábil, líquido	<u>4.531</u>	<u>93.366</u>	<u>50.197</u>	<u>46.795</u>	<u>19.964</u>	<u>9.233</u>	<u>224.086</u>	<u>54.527</u>	<u>278.613</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>									
Saldo inicial	4.531	93.366	50.197	46.795	19.964	9.233	224.086	54.527	278.613
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	31.637	31.637
Baixa	(59)	(1.595)	(51)	(388)	-	(58)	(2.151)	-	(2.151)
Transferência	-	3.317	6.835	27.009	481	9.505	47.147	(47.147)	-
ARO	-	-	-	-	23.766	-	23.766	-	23.766
Depreciação	-	(8.282)	(4.687)	(18.156)	(571)	(5.999)	(37.695)	-	(37.695)
Saldo final	<u>4.472</u>	<u>86.806</u>	<u>52.294</u>	<u>55.260</u>	<u>43.640</u>	<u>12.681</u>	<u>255.153</u>	<u>39.017</u>	<u>294.170</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>									
Custo total	4.472	180.001	124.951	337.509	83.983	58.984	789.900	39.017	828.917
Depreciação acumulada	-	(93.195)	(72.657)	(183.812)	(28.732)	(46.303)	(424.699)	-	(424.699)
Impairment	-	-	-	(98.437)	(11.611)	-	(110.048)	-	(110.048)
Saldo contábil, líquido	<u>4.472</u>	<u>86.806</u>	<u>52.294</u>	<u>55.260</u>	<u>43.640</u>	<u>12.681</u>	<u>255.153</u>	<u>39.017</u>	<u>294.170</u>

## 17 Tributos diferidos

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade apresenta em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a serem compensadas com lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo tributário diferido		
Diferenças temporárias:		
Perdas por deterioração de ativo imobilizado	33.507	35.696
Provisão para processos judiciais	14.181	18.476
Provisão para passivo ambiental	18.047	18.206
Provisão para fechamento de minas	1.068	302
Perdas estimadas para estoque e almoxarifado	920	2.019
Outros	8.938	10.310
	<u>76.661</u>	<u>85.009</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>-</u>	<u>8.948</u>
	<u>76.661</u>	<u>93.957</u>

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### b. Conciliação das despesas do IRPJ e da CSLL no resultado

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social apurado conforme alíquotas nominais de 34% (25% - IRPJ e 9% - CSLL) e o total registrado no resultado do exercício podem ser resumidos da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	164.047	(108.688)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(55.776)	36.954
Diferenças permanentes		
Perda de inventário	(3.475)	(3.814)
Perda de créditos tributários	(1.238)	(2.389)
Incentivos fiscais	6.389	(1.534)
Compensação de prejuízos fiscais	9.631	-
Outros permanentes	(4.915)	(7.532)
Relativo à imposto de renda e contribuição social diferido de exercício anterior	-	(2.972)
	<u>(49.384)</u>	<u>18.713</u>
Corrente	(32.090)	-
Diferido	(17.294)	18.713
	<u>(49.384)</u>	<u>18.713</u>

## 18 Tributos a pagar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.459	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.936	1.310
Outros	<u>891</u>	<u>232</u>
	<u>8.286</u>	<u>1.542</u>

## 19 Provisão para fechamento de minas

A Sociedade utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações das minas. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 5,51% a.a., em 2013 foi de 5,03% a.a. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação ("IGP-M") do período, em referência.

No exercício de 2014, por conta de revisões dos custos de desmobilização de minas e modificações nas taxas de desconto, houve um aumento de R\$ 23.766 no valor presente do saldo de provisão para desmobilização de mina.

A movimentação da provisão para fechamento de minas está demonstrada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	18.103	799
Adição	23.766	17.236
Juros	1.074	23
Variação monetária	<u>791</u>	<u>45</u>
Saldo no final do exercício	<u>43.734</u>	<u>18.103</u>

## 20 Provisão para passivos ambientais

A Sociedade reconheceu as obrigações para revitalização e recuperação de pilhas e barragens localizadas nos Estados da Bahia e Minas Gerais, baseada em estudos realizados por empresa especializada e em função principalmente da transferência para a Pedra Cinza Mineração Ltda. dos direitos minerais das minas nos municípios de Miguel Calmon, Santo Antonio de J. Lícínio de Almeida, Caetite, Urandi, Jacaraci, Jacobina, Marau, Miguel Correntina, Barreiras, Riachão das Neves, Ouricangas, Inhambupe e Jaobrandi, todos localizados no Estado da Bahia. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 68.760 (R\$ 71.382 em 31 de dezembro de 2013).

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$ 546.385 e está composto conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>
Ações ordinárias	26.857.999
Preferenciais:	
Classe "A"	64
Classe "B"	386.955
Classe "C"	<u>19.808.685</u>
	<u>47.053.703</u>

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- As ações Classe "A" têm direito a voto e não têm direito à preferência na subscrição de aumentos de capital.
- As ações Classe "B" não têm direito a voto nem a preferência na subscrição de aumentos de capital, porém, têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade.
- As ações Classe "C" não têm direito a voto, porém, têm o direito de preferência na subscrição de aumentos de capital e prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade.
- As ações Classe "A" e "B" possuem prioridade na distribuição de dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre o montante de sua participação no capital integralizado, e participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos lucros remanescentes após o pagamento do dividendo prioritário. Estas ações destinam-se à subscrição e integralização com recursos de incentivos fiscais.

### b. Dividendos Propostos

O estatuto social da Sociedade prevê a destinação mínima de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendos mínimos obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais. O saldo remanescente terá a destinação que for decidida pela Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta de Diretoria, ouvido o Conselho da Administração.

### c. Reserva de capital

Constituída com base no artigo 2 da Lei 8.200/91. A Administração somente realizará esta Reserva para absorção de prejuízos acumulados que ultrapassarem os lucros acumulados e As reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; ou incorporação de capital.

**d. Reservas de lucros**

- **Reserva legal** - Constituída do lucro líquido do exercício, sendo, 5% aplicados na sua constituição, limitada, a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- **Reserva incentivos fiscais** – Conforme Laudo Constitutivo n° 0228/2008, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a reserva de incentivos fiscais teve sua formação em decorrência de benefício fiscal nos 10 primeiros anos de exploração da mina de Simões Filho, com início no ano-calendário de 2008 e término do prazo no ano calendário de 2017, quando excluiu da base de cálculo para o imposto de renda, 75% de lucro da exploração. Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de eventuais prejuízos.

**e. Distribuição de dividendos**

O estatuto social da Sociedade prevê a destinação mínima de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendos mínimos obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais. O saldo remanescente terá a destinação que for decidida pela Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho de Administração.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Origens</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	114.663	(89.975)
<b>Total das origens</b>	<b>114.663</b>	<b>(89.975)</b>
<b>Destinações</b>		
Reserva legal (*)	5.733	(50.102)
Dividendos mínimos obrigatórios	27.233	-
Reserva de incentivos fiscais (*)	81.697	(25.005)
Reserva de dividendos adicional proposto (*)	-	(14.868)
<b>Total das destinações</b>	<b>114.663</b>	<b>(89.975)</b>

(\*) Por meio da AGO/AGE de 29 de agosto de 2014, foi aprovado a absorção do prejuízo do exercício de 2013, pelas reservas legal R\$ 50.102, Incentivos fiscais R\$ 25.005 e dividendos adicional proposto R\$ 14.868, totalizando o montante de R\$ 89.975.

**22 Receita líquida**

A reconciliação da receita bruta de venda de produtos e energia para a receita líquida é como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita bruta de vendas de produtos	526.059	537.398
Deduções de vendas:		
ICMS	(51.336)	(44.165)
PIS	(7.012)	(5.774)
COFINS	(32.298)	(26.598)
IPI	(20.905)	(17.356)
<b>Receita líquida</b>	<b>414.508</b>	<b>443.505</b>

## 23 Custo dos produtos e energia vendidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoal	(95.108)	(99.039)
Insumos	(92.625)	(106.229)
Materiais consumidos na manutenção	(13.453)	(12.990)
Outros Materiais	(21.283)	(26.100)
Aquisições de produtos	(37.544)	(52.761)
Serviços contratados	(60.556)	(74.344)
Energia elétrica	(24.277)	(33.839)
Depreciação, amortização e exaustão	(24.865)	(31.673)
Outros custos	(12.147)	(7.306)
	<u>(381.858)</u>	<u>(444.281)</u>

## 24 Receitas (despesas) operacionais por natureza

### a. Despesas comerciais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Frete sobre vendas	(23.483)	(26.111)
Outras despesas comerciais	(2.429)	(5.132)
	<u>(25.912)</u>	<u>(31.243)</u>

### b. Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários, participação nos resultados e encargos	(4.656)	(21.511)
Benefícios	(3.032)	(1.726)
Depreciação	(3.450)	(3.579)
Serviços contratados	(3.277)	(3.388)
Outras despesas administrativas	(2.072)	(2.675)
	<u>(16.487)</u>	<u>(32.879)</u>



**c. Outras receitas (despesas) operacionais**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Provisão ambiental	-	(9.919)
Impostos incidentes sobre vendas	(26.146)	(3.381)
Baixa de ativos	(2.152)	(5.663)
Provisão para contingências	(6.858)	(4.811)
Reversão (provisão) para perda de estoque	(493)	4.785
Capacidade ociosa (*)	(61.791)	(28.865)
Amortização de perda por redução do valor recuperável de ativo imobilizado	6.440	6.440
Provisão para perda de créditos de ICMS e outros tributos	(3.642)	(7.026)
Provisão para recuperação de mina (Talude)	(14.301)	-
Créditos de PIS e COFINS	50.819	-
Venda de energia (**)	222.674	-
Outras despesas operacionais	4.927	(8.304)
	<u>169.477</u>	<u>(56.744)</u>
	<u>127.078</u>	<u>(120.866)</u>

(\*) Os gastos com capacidade ociosa referem-se substancialmente aos gastos para conservação, manutenção e outros gastos fixos relacionados à unidade da planta I, localizada de complexo industrial de Simões Filho, no estado da Bahia, que se encontra paralisada devido à estrutura comprometida pela ação do tempo.

(\*\*) Liquidação de energia não utilizada

**25 Resultado financeiro**

**a. Receitas financeiras**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Aplicação financeira	13.480	5.186
Variações monetárias e cambias de ativos	9.242	14.274
	<u>22.722</u>	<u>19.460</u>

**b. Despesas financeiras**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Juros sobre contingências	(9.475)	(2.578)
Juros sobre fechamento de mina	(1.074)	(23)
Variações monetárias e cambias de passivos	(5.039)	(1.222)
Juros e multas	(1.147)	(364)
Outros	(1.668)	(2.319)
	<u>(18.403)</u>	<u>(6.506)</u>
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>	<u>4.319</u>	<u>12.954</u>

## 26 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 688.469 (R\$ 891.542 em 2013).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 27 Previdência complementar

A suplementação de aposentadoria dos empregados está a cargo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, da qual a Sociedade é participante.

O Plano de Suplementação de Aposentadoria, VALE PREV, consiste em um Plano Misto que contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social.

Dentre as várias características do VALE PREV, existe a liberdade de escolha de quando e quanto contribuir, como receber a aposentadoria programada e, para o patrocinador, o fim da possibilidade de existir insuficiência de reservas técnicas. A contribuição do patrocinador relativa ao exercício de 2014 corresponde a R\$ 1.213 (2013 - R\$ 1.144) foi reconhecida no resultado do exercício.

\* \* \*

### Diretoria

---

**Charles Ferreira de Rezende**  
Diretor-Superintendente

---

**Adirlei Pinto de Oliveira**  
Diretor Comercial

---

**Romário Távora Britto**  
Diretor de Gestão Econômica

**Responsáveis Técnicos**

---

**Marcus Vinícius W. Martins**  
Gerente de Contabilidade Subsidiárias Brasil

---

**Maria das Graças B. S. Teixeira**  
Contadora - CRC-RJ 018361/O-0